



PODER

“Se tivesse tantas relações, não estaria de tornozeleira”

Dono do Master, Vorcaro nega, em depoimento à PF, ter amigos poderosos na política e diz que, caso houvesse essa influência, o negócio com o BRB não teria sido barrado. Ele se recusa, porém, a dar nomes de parlamentares que frequentavam sua casa

Divulgação

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

O dono do Banco Master, o banqueiro mineiro Daniel Vorcaro, negou, em depoimento à Polícia Federal, ter relações políticas numerosas como vem sendo divulgado. Segundo ele, se assim fosse, o negócio com o Banco de Brasília (BRB) não seria sido barrado — o Banco Central impedi o negócio em setembro passado.

“Se eu tenho tantas relações políticas como estão dizendo, e se eu tivesse pedido ajuda desses políticos, eu não estaria com a operação do BRB negada, não estaria aqui de tornozeleira e não teria sido preso”, argumentou, na oitiva realizada em 30 de dezembro.

Ao ser questionado, porém, sobre quais políticos frequentavam sua casa, desconversou: “Pergunta se eu tenho alguns amigos de todos os poderes. Não consigo nominar aqui individualmente quem frequentava a minha casa. Também não vejo qual relação com o caso”.

Vorcaro reconheceu que se reuniu algumas vezes com o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), para tratar da compra do Master pelo BRB. Mas destacou que o contato se deu exclusivamente por razões técnicas e institucionais. “Eu tive com o governador, sim, algumas vezes, porque ele era um controlador indireto, mas não teve nenhum tipo de questão tratada, nesse caso do BRB, que não fosse técnica”, afirmou.

Segundo ele, o negócio foi construído dentro dos parâmetros regulatórios e acompanhado pelo Banco Central, sem pedidos a parlamentares, secretários ou outras autoridades. “Não teve facilitação política. Nenhuma”, reforçou, ao sustentar que todas as decisões seguiram critérios técnicos e regulatórios.

Relação profissional

Na oitiva, Vorcaro também afirmou que mantinha uma relação estritamente profissional com Paulo Henrique Costa, então presidente do BRB, construída ao longo de quase um ano de negociações anteriores ao caso da empresa Tirreno. Segundo ele, as tratativas faziam parte de uma rotina de negócios já estabelecida entre as instituições e não envolviam qualquer favorecimento. “A gente já vinha fazendo negócio há quase um ano, diversos negócios”, disse, ressaltando que as operações com a Tirreno “estavam na esteira”.

O depoente ainda negou alinhamento indevido ou facilitação nas decisões, afirmando



Vorcaro: “Não consigo nominar aqui individualmente quem frequentava a minha casa. Também não vejo qual relação com o caso”

Trechos do depoimento

“O BRB era um banco que não estava dando resultado, era coerente com o banco de mercado, e, depois que a gente comece a fazer negócio ele, comece a dar resultados, porque o Banco Master estava com uma boa originação de produtos”

“Como eu disse, o Banco Central acompanhava diuturnamente o banco. Esse negócio da própria Tirreno, antes de iniciar, foi comentado com o Banco Central. Como cada passo que a gente tomava no banco, ele foi comentado com o Banco Central”

“Existia uma crise, não era de hoje, mas o Banco Master sempre foi solvente,

sempre teve muito mais ativo que passivo e sempre honrou todos os compromissos até o dia 17 de novembro”

“E essa crise de liquidez, há de se ressaltar, e está no próprio relatório do Banco Central, foi criada por duas coisas: por mudança de regulação com a pressão dos grandes bancos, que mudaram por duas vezes a regra do FGC, porque o mercado se julga dono do fundo que é criado justamente para criar competição no mercado. Essa mudança pressionou a captação do banco, porque todo o plano de negócios, desde 2018, que a gente entregou para o Banco Central, era baseado no FGC”

“O plano de negócios do Banco Master

era 100% fundamentado no FGC e não havia nada de errado nisso, essa era a regra do jogo”

“Se eu tenho tantas relações políticas como estão dizendo, e se eu tivesse pedido ajuda desses políticos, eu não estaria com a operação do BRB negada, não estaria aqui de tornozeleira e não teria sido preso”

“Eu estive com o governador, sim, algumas vezes, porque ele era um controlador indireto, mas não teve nenhum tipo de questão tratada, nesse caso do BRB, que não fosse técnica”

que, mesmo durante as negociações, houve embates institucionais. “Eu e o presidente do BRB, o Paulo Henrique, tivemos diversas discussões à época sobre essa questão de ativo, ele defendendo a instituição dele e eu defendendo o Banco Master”, frisou, ressaltando que as operações passaram pelos filtros

regulares de crédito e compliance do banco comprador.

No depoimento, o empresário afirmou que, desde o início do negócio da venda do Master para o BRB, “existiam forças internas do BC e de mercado que queriam que ele estivesse fora do mercado e queriam que acontecesse o que aconteceu”.

“Aliás, eu fui alertado, lá atrás, do que aconteceria, que eu seria retirado do mercado se eu não deixasse o banco. Eu me dispus a deixar. Eu me dispus a fazer todo o roteiro de sair, só que eu queria sair pela porta da frente, não gerando prejuízo para ninguém. E não foi isso que me deixaram fazer”, afirmou Vorcaro, no

depoimento de 68 páginas.

No interrogatório, a delegada perguntou, inclusive, sobre o destino dos R\$ 16,7 bilhões transferidos pelo BRB ao Master entre julho de 2024 e outubro de 2025. Em resposta, Vorcaro afirmou que foram para “atividades normais do banco, de resgate de investidores” e negou que parte

desse dinheiro tenha sido enviada para o exterior. (Leia mais sobre o BRB nas páginas 3 e 13).

O banqueiro também negou a fraude de R\$ 12,2 bilhões apontada pela corporação nas investigações da Operação Compliance Zero. E culpou o Banco Central pela quebra do Master. “Realmente não existe ninguém que foi prejudicado. Realmente não existe uma fraude de R\$ 12 bilhões. Existe interesse por trás que fez com que a gente estivesse aqui”, afirmou.

Ele reconheceu que havia crise de liquidez no Master, mas não concordou com a questão da insolvença avaliada pelo BC. “O Banco Master sempre foi solvente, sempre teve muito mais ativo do que passivo e sempre honrou todos os compromissos até o dia 17 de novembro (de 2025)”, afirmou, em referência à véspera da liquidação pelo BC.

Ao comentar a acusação de Vorcaro sobre o BC, o economista e ex-diretor do BC Alexandre Schwartsman foi enfático: “Quem quebrou o banco dele foi ele mesmo”, afirmou, citando as fraudes reveladas pela PF na Operação Compliance Zero.

Diretor do BC coloca registros à disposição

IAGO MAC CORD

O Banco Central informou, em nota divulgada ontem, que o diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino, afirmou expressamente jamais ter recomendado ao Banco de Brasília (BRB) a aquisição de carteiras fraudulentas do Banco Master. O comunicado é uma reação a uma publicação do jornal *O Globo* de que Aquino pediu ao então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, que adquirisse carteiras de crédito consignado do Master.

O BC enfatizou ainda que sua área de Supervisão monitora de forma permanente os riscos e atua na busca de soluções para eventuais problemas de liquidez

identificados em qualquer instituição financeira.

“Imbudo de seu compromisso com a transparência e cioso de suas responsabilidades como servidor público e como cidadão, o Diretor Ailton de Aquino coloca à disposição do Ministério Públíco Federal e da Polícia Federal suas informações bancárias, fiscais e os registros das conversas que realizou com o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, renunciando, para essa finalidade, ao sigilo sobre elas incidente”, destacou a nota.

Segundo o BC, a área de Supervisão identificou graves irregularidades, o diretor submeteu à Diretoria Colegiada do BC a proposta de liquidação extrajudicial de todas as instituições que integram o

apontando falhas relevantes na estrutura e na qualidade dos ativos negociados.

A autoridade monetária esclareceu que as apurações técnicas conduzidas sob a responsabilidade de Aquino Santos constataram a “insustentabilidade” dos ativos envolvidos nas negociações, o que significa que os créditos vendidos pelo Master não possuíam lastro efetivo nem validade jurídica.

Gravidade

Diante da gravidade das irregularidades, o diretor submeteu à Diretoria Colegiada do BC a proposta de liquidação extrajudicial de todas as instituições que integram o

conglomerado Master. A identificação dos problemas levou o Banco Central a adotar uma série de medidas rigorosas, com o objetivo de preservar a estabilidade do sistema financeiro.

“Foi igualmente da área chefiada pelo Diretor Ailton de Aquino a iniciativa de promover a comunicação dos ilícitos criminais ao Ministério Públíco Federal, acompanhada de documentação comprobatória e criteriosas análises técnicas”, informou a autoridade monetária.

Para evitar que novas operações colocassem em risco a liquidez do BRB, a área de supervisão do Banco Central adotou uma ação preventiva de caráter regulatório em relação

à instituição. A autoridade monetária reforçou que o acompanhamento das condições de liquidez e das operações de compra de ativos entre bancos é uma atribuição legal do BC, com o objetivo de proteger depositantes e investidores e assegurar a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A nota também estabelece uma linha clara de responsabilidade técnica e jurídica. Pela legislação em vigor, cabe exclusivamente a cada instituição financeira — nesse caso, o BRB — a responsabilidade integral por avaliar a qualidade dos créditos que decide adquirir no mercado e por manter controles internos adequados para a gestão desses riscos.



O diretor Ailton de Aquino coloca à disposição do Ministério Públíco Federal e da Polícia Federal suas informações bancárias, fiscais e os registros das conversas que realizou com o ex-presidente do BRB”

Trecho da nota do BC